

Credores não fazem concessão

Nova York — Os banqueiros internacionais não fizeram qualquer concessão ao Brasil com a nova taxa de juros acertada após prolongadas negociações. Embora o Brasil tenha conseguido que os bancos reduzissem o "spread", taxa adicional de risco, de um pouco mais de 2% sobre a taxa interbancária de Londres (Libor) para 1,125%, essa não era a meta dos brasileiros e, pelo que se sabe, também o México deseja ainda uma redução maior nessa taxa. Esta informação foi dada por uma fonte bancária ligada ao México.

A libor está próximo dos 9%, de modo que os juros que o Brasil terá de pagar estão virtualmente em torno dos 10%. Com uma dívida de pouco mais de US\$ 100 bilhões, os pagamentos apenas desses juros superam os US\$ 10 bilhões.

Esta carga é pesada demais e prejudica o esforço de qualquer país para conseguir superávit na balança comercial, num momento de barreiras protecionistas e queda dos preços das matérias primas.

A fonte bancária ligada ao México acrescentou que "o Brasil não conseguiu nenhuma concessão e a taxa de juros na realidade parece a que se concede a uma empresa comercial e não a uma nação".

A fonte disse, ainda, que a taxa dada ao Brasil é a mesma do México, "país que deseja um spread ainda mais reduzido".

Na realidade, afirmou a fonte que não quis se identificar, os negociadores de muitos países latino-americanos reclamaram em mais de uma ocasião que essa taxa de risco, também chamada de taxa diferencial, é uma cobrança indevida dos bancos, já que uma nação, à diferença de uma in-

dústria ou uma corporação, não pode quebrar ou entrar em liquidação.

Perspectivas

O Brasil é um caso excepcional que pode se beneficiar este ano com até US\$ 2 bilhões a menos em suas despesas de petróleo, por causa da contínua queda de preços do produto no mercado internacional, porém as dificuldades da América Latina durante os últimos anos requerem algo mais do que alívios temporários e ocasionais, ora beneficiando um, ora prejudicando outro país endividado.

Em 1985, a redução do superávit comercial dos países latino-americanos, além das remessas líquidas de lucro, juros e pagamentos do serviço da dívida, fizeram com que o déficit em conta corrente na região subisse para 4 bilhões 400 milhões, ou quatro vezes mais do que em 1984.

O pagamento dos serviços da dívida — incluindo a pesada carga dos juros — e a redução dos empréstimos e de investimentos fizeram com que a América Latina, por quatro anos consecutivos, sofresse uma drenagem de recursos da ordem de mais de US\$ 30 bilhões à guisa de transferência de recursos.

O próprio presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Antônio Ortiz Mena, disse que "a América Latina necessita, e está pronta para usar efetivamente, um nível maior de investimento e de créditos externos, particularmente para novos investimentos produtivos".

Porém a retração dos créditos que se vem notando e as taxas de juros cobradas deixam os países latino-americanos sem recursos para impulsionar seu desenvolvimento e gerar mais dinheiro para o pagamento da dívida. Isto é evidentemente um círculo vicioso que até agora não se rompeu.